



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

# ATENÇÃO SRS. LICITANTES!

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023 - CONTRATAÇÃO DO RETROFIT DO APLICATIVO DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO APP PARA A TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUPORTADA PELO CREA-RS**

ATENTAR PARA OS SEGUINTE ITENS DO EDITAL:

- ITEM 3 – PRAZOS PARA IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
- ITEM 5 – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- ITEM 9 – ETAPA DE LANCES

**OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO LISTADOS NO ITEM 13 DO EDITAL, DEVERÃO SER ANEXADOS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ATÉ A DATA E O HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CONFORME ART. 26 DO DECRETO Nº 10.024/2019.**

O MODO DE DISPUTA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023 SERÁ **O MODO ABERTO E FECHADO.**



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL, CREA-RS, na forma que dispõe a Lei nº 10.520/2002 regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, obedecendo ao disposto no art. 191 da Lei nº 14.133/2021, comunica que no dia, horário e local a seguir relacionados fará realizar LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 37/2023, tipificada como MENOR PREÇO, visando a CONTRATAÇÃO DO RETROFIT DO APLICATIVO DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO APP PARA A TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUPORTADA PELO CREA-RS, processo eletrônico (SEI) protocolizado sob nº 2023.000004022-7.

INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS----- 18/08/2023 – 8h  
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA ----- 30/08/2023– 10h

Código UASG: 389092

Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: MÍNIMO DE 60 (SESENTA) DIAS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR VALOR DO ITEM**

**O CREA-RS NÃO RECEBERÁ E NÃO RESPONDERÁ QUALQUER SOLICITAÇÃO VERBAL**

### 1. OBJETO

- 1.1. Este processo visa a **CONTRATAÇÃO DO RETROFIT DO APLICATIVO DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO APP PARA A TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUPORTADA PELO CREA-RS**, conforme especificações contidas no termo de referência, Anexo I, deste edital.
- 1.2. Especificações, quantidades e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes fazem parte do termo de referência, Anexo I, do edital.
- 1.3. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico e as especificações contidas no termo de referência, prevalecerão as últimas.

### 2. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste pregão empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 2.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 2.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 2.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
    - 2.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
    - 2.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;
  - 2.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
  - 2.3.3. Que elaborara a proposta de forma independente, nos termos da Instrução Normativa IN SLTI/MPOG nº 02/2009;
  - 2.3.4. Que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos conforme art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
  - 2.3.5. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores
  - 2.3.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

- 2.3.7.** Que respeita a normativa de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- 2.3.8.** Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- 2.3.9.** Que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, quando for o caso.
- 2.3.10.** As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, para se utilizarem dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 11.488/2007, deverão assinalar tal condição em campo próprio do sistema.
- 2.4.** A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata este subitem seja firmada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no item **13.7** deste edital;
- 2.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital;
- 2.6.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o Crea-RS, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante no sistema eletrônico. A licitante deverá dispor, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico.
- 2.6.1.** O Crea-RS não se responsabilizará por eventual desconexão do licitante no sistema eletrônico.
- 2.7.** Fica vedada a participação na presente licitação:
- 2.7.1.** De funcionários do Crea-RS;
- 2.7.2.** De empresa que possua sócio(s) e/ou diretor(es) que mantenha(m) parentesco em linha reta ou até o terceiro grau em linha colateral, com Presidente, Vice-Presidente(s), Diretor(es), Conselheiro(s) e servidor(es) do Crea-RS;
- 2.7.3.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 2.7.4.** De empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação (art. 87, IV, Lei nº 8.666/1993);
- 2.7.5.** De empresa impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada (art. 7º, Lei nº 10.520/2002);
- 2.7.6.** De sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 2.7.7.** De empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
- 2.7.8.** De empresas que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- 2.7.9.** De sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 2.7.10.** De empresas que operem sob regime de consórcio;
- 2.7.11.** De cooperativas e/ou instituições sem fins lucrativos cujos estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado;
- 2.8.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do fornecimento objeto deste pregão eletrônico.

### **3. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

- 3.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 3.1.1.** Os pedidos de impugnação devem ser encaminhados para o endereço de correio eletrônico [pregao@crea-rs.org.br](mailto:pregao@crea-rs.org.br) em arquivo(s) anexo(s) à mensagem e devidamente assinados pelo representante legal do interessado;
- 3.1.2.** Caberá à pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;
- 3.1.3.** A impugnação não terá efeito suspensivo;
- 3.1.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
- 3.1.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 3.1.5.** A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem **3.1**, receberá tratamento de mera informação.
- 3.2.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados para a pregoeira até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço eletrônico indicado no subitem **3.1.1**.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

- 3.2.1.** A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 3.3.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas para *download* aos interessados no sistema eletrônico e na página do Crea-RS, por meio do endereço eletrônico [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br) na seção “licitações” junto a este edital e vincularão os participantes e a administração.

#### **4. CREDENCIAMENTO**

- 4.1.** O credenciamento da licitante é o nível básico do registro cadastral no sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis, obrigatórios para fins de habilitação, consoante a documentação exigida neste edital.
- 4.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil
- 4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.3.1.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.4.** É responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

#### **5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;
- 5.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 5.8.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de **4 (quatro) horas**.
- 5.9.** As propostas e a documentação de habilitação ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 5.10.** A falsidade da declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade com as exigências do edital sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 10.024/2019.

#### **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:
- 6.1.1.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.2.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação aplicável.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

- 6.3. A manutenção de proposta até a data de abertura da sessão eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo a licitante, caso vencedora, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste edital.
- 6.4. Deverá constar da proposta o **VALOR DO ITEM**, em algarismos e por extenso, com duas casas decimais.
- 6.5. A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura deste pregão.
- 6.6. No valor da proposta deverão estar incluídos todos os tributos, taxas, fretes, custos e despesas, diretos ou indiretos, e demais encargos.
- 6.7. Nos valores propostos, havendo discrepância entre o preço unitário e o total e entre os por extenso e em algarismos, serão considerados em ambos os casos os primeiros, e entre esses o valor por extenso. Na falta de indicação dos valores por extenso, as propostas serão aceitas desde que não comprometam o entendimento claro do valor cotado.
- 6.8. A apresentação da proposta por parte da licitante implica pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente e ao edital e seus anexos.
- 6.9. No caso de omissões puramente formais em propostas, inclusive quanto ao seu prazo de validade, serão considerados aqueles previstos no edital.
- 6.10. As licitantes poderão prestar esclarecimentos e/ou informações complementares, desde que isso não importe modificação das condições propostas.
- 6.11. Em caso de divergência entre as informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 6.12. A não observância dos requisitos mínimos exigidos no presente edital importará na desclassificação automática da licitante.
- 6.13. A licitante será responsável por todas as informações prestadas na sua proposta, sujeitando-se às penalidades legais caso essas informações venham a induzir a pregoeira e sua equipe de apoio a erro de julgamento.

## 7. SESSÃO ELETRÔNICA

- 7.1. No dia e horário indicados no preâmbulo deste edital, considerado o horário oficial de Brasília/DF, conforme o sistema, a pregoeira abrirá a sessão pública *online* no *website* [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 7.2. As licitantes deverão participar da sessão pública no sistema eletrônico, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.
- 7.4. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pela pregoeira ou de sua desconexão.
- 7.5. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública, assim como as declarações eventualmente firmadas, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Crea-RS responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.6. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade com aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

## 8. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1. A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 8.2. A proposta que não atender às especificações do edital ou contiver qualquer tipo de identificação do seu proponente será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.
- 8.3. Será, também, motivo de desclassificação a apresentação, por uma mesma licitante, de mais de uma proposta para um mesmo item.
- 8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.6. Serão classificadas as propostas que estiverem de acordo com as especificações contidas neste edital. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 8.7. A licitante que tiver sua proposta excluída estará definitivamente fora das fases seguintes do pregão.



## 9. ETAPA DE LANCES

- 9.1. O sistema eletrônico ordenará automaticamente as propostas classificadas pela pregoeira.
- 9.1.1. Somente as propostas classificadas pela pregoeira participarão da etapa de envio de lances.
- 9.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.2.1. Os lances deverão ser ofertados pelo **MENOR VALOR DO ITEM/GRUPO**
- 9.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.
- 9.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.6. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.7. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.9. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.10. Poderá a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação
- 9.11. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema
- 9.12. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.13. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.14. Durante a fase de lances, a pregoeira poderá excluir lance cujo valor seja manifestamente inexequível;
- 9.15. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade das licitantes não lhes cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
- 9.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no website <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## 10. MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E SOCIEDADES COOPERATIVAS

- 10.1. Encerrada a etapa de lances, as microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas declarantes, que tenham ofertado proposta superior em até 5% (cinco por cento) ao lance vencedor, poderão, na ordem de classificação, exercer o direito de preferência previsto nos artigos 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e 34 da Lei nº 11.488/2007.
- 10.2. Em caso de empate entre valores apresentados por microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, que se encontrem no intervalo estabelecido no item 10.1, o sistema realizará, automaticamente, sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência.
- 10.3. O direito de preferência somente se aplica quando o lance vencedor não tiver sido apresentado por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 10.4. Para usufruir do direito de preferência, a licitante deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do Sicaf (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do sistema Comprasnet pelos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 11.488/2007.
- 10.5. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 10.1, o sistema eletrônico informará à licitante que poderá enviar lance final e único para o grupo, inferior ao lance vencedor, no prazo de até 05 (cinco) minutos, sob



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

pena de preclusão, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão.

**10.6.** Não sendo apresentado novo lance ou não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte ou a cooperativa mais bem classificada, na forma dos itens **10.1** e **10.5**, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura possuírem o direito de preferência previsto no item **10.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**10.7.** O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**10.8.** As convocações e os controles dos prazos para o exercício desse direito de preferência serão feitos automaticamente pelo sistema.

**10.9.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.10.** Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta seção, prevalecerá a classificação inicial.

## **11. NEGOCIAÇÃO**

**11.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**11.2.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **12. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**12.1.** Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

**12.1.1.** Os preços deverão ter como referência o valor máximo admitido para esta contratação, conforme subitem **22.14.** deste edital.

**12.2.** Deverá constar na proposta, declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas, lucros e demais insumos necessários à sua composição, despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pedidos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

**12.2.1.** Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que o proponente julgar necessárias ou convenientes.

**12.3.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**12.4.** Não será permitida a alteração da proposta após sua apresentação.

**12.4.1.** Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pela pregoeira.

**12.4.2.** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

**12.4.3.** Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que este seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

**12.5.** Os anexos, documentos ou declarações terão por objetivo a comprovação de requisitos estabelecidos no edital.

**12.6.** Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor não serem aceitos ou se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências habilitatórias a pregoeira a recusará justificadamente e examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta ou lance que atenda este edital.

**12.7.** No julgamento das propostas será considerado o atendimento das exigências estipuladas neste edital e seus anexos, os valores propostos, o valor de mercado e a exequibilidade dos valores ofertados.

**12.8.** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital e na legislação aplicável.

**12.9.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**12.10.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**12.11.** Se houverem indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

**12.12.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**12.13.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**12.14.** A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 4 (quatro) horas sob pena de não aceitação da proposta;

**12.15.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

**12.16.** Será desclassificada a proposta da licitante que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pela pregoeira.

**12.17.** Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

**12.18.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**12.18.1.** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 12.19, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

**12.18.2.** Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**12.19.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### **13. HABILITAÇÃO**

**13.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**13.1.1.** SICAF;

**13.1.2.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

**13.1.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**13.1.4.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**13.1.4.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**13.1.4.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**13.1.5.** Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**13.1.6.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**13.1.7.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

**13.1.8.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**13.1.8.1.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019

**13.1.9.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 4 (quatro) horas, sob pena de inabilitação.

**13.1.10.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**13.1.11.** Toda documentação apresentada pelos interessados, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa, matriz ou filial, que efetivamente fornecerá o objeto desta licitação, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ, deverá ser o mesmo em todos os documentos, com as seguintes exceções: se a licitante apresentar-se como filial, poderá ser apresentada com o CNPJ da empresa matriz, CND relativa ao INSS e FGTS, desde que a interessada prove o recolhimento do INSS e do FGTS centralizados, onde é feito o recolhimento da matriz

**13.1.12.** As licitantes que não estiverem cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – Sicafe - além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa MPDG nº 3/2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira:

**13.2. Habilitação jurídica:**

**13.2.1.** Documento de identidade do representante legal da empresa;

**13.2.2.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**13.2.3.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**13.2.4.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**13.2.5.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**13.2.6.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**13.2.7.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**13.2.8.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

**13.2.9.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**13.3. Regularidade fiscal e trabalhista:**

**13.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**13.3.2.** Fazenda Federal (DAU) - Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, abrangendo contribuições previdenciárias;

**13.3.3.** Fazenda Estadual;

**13.3.4.** Fazenda Municipal – Certidão relativa ao ISSQN;

**13.3.5.** FGTS – Certificado de Regularidade do FGTS;

**13.3.6.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Municipais e/ou Estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal e/ou Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**13.3.7.** A microempresa, empresa de pequeno porte, enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**13.3.8.** Em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011, é solicitada a emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, documento indispensável à participação em licitações públicas, a partir de 04/01/2012, podendo ser obtida por meio do *website* <http://www.tst.gov.br/certidao>;



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

#### **13.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

**13.4.1.** Em relação a todos os itens, as licitantes que não estiverem cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – Sicaf no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:

**13.4.1.1.** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da Sede da pessoa jurídica;

**13.4.1.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**13.4.1.3.** A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais deverão apresentar resultados maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**13.4.1.4.** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**13.4.1.5.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**13.4.1.6.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**13.4.1.7.** No caso de bens para pronta entrega, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro (art. 3º, Decreto 8.538/2015);

**13.4.1.8.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

#### **13.5. Qualificação Técnica:**

**13.5.1.** A licitante deverá apresentar atestados de empresa pública ou privada que comprove ter desenvolvido sistemas de software de mesmo porte, complexidade e linguagem/sistema de desenvolvimento dos solicitados no presente edital.

**13.6.** Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação da pregoeira no chat do sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante solicitação.

**13.7.** A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra licitante com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**13.8.** Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

**13.9.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**13.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**13.11. NÃO SERÁ PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER DOCUMENTO SOLICITADO NESTE EDITAL, EXCETO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL.**

#### **14. RECURSO**

**14.1.** Declarada a vencedora, será concedido prazo para que qualquer licitante manifeste intenção de recorrer, de forma motivada, indicando contra qual decisão, ou decisões, pretende recorrer e seu(s) motivo(s), em campo próprio do sistema.

**14.2.** Havendo manifestação, caberá à pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**14.3.** Nesse momento a pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**14.4.** A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 14.1, importará na decadência desse direito, e a pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**14.5.** Uma vez admitida a intenção de recurso, a recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar suas razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.6.** Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados via sistema Comprasnet.

**14.7.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

#### **15. OBRIGAÇÕES DO CREA-RS**

**15.1.** Constituem obrigações do Crea-RS:

**15.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital;

**15.1.2.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto licitado para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**15.1.3.** Proceder advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do contrato;

**15.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de servidor especialmente designado nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;

**15.1.5.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

**15.1.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**15.1.7.** Recusar os bens/serviços que forem apresentados em desacordo com as especificações;

**15.2.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados ou subordinados;

**15.3.** Disponibilizar acesso aos profissionais da CONTRATADA, devidamente identificados e que adotem comportamento condizente com ambientes de trabalho, em geral, discreto e formal em suas dependências;

**15.4.** Requisitar documentos para verificar as regularidades jurídicas, fiscais, trabalhistas e econômicas, atualizados, os quais deverão ser fornecidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

#### **16. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE**

**16.1.** Fornecer o objeto do termo de referência de acordo com o que se encontra descrito neste edital;

**16.2.** A licitante vencedora deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**16.3.** Substituir, sem custo para o CONTRATANTE, os itens licitados que forem apresentados em desacordo com as especificações.

**16.4.** Respeitar os prazos acordados com o Crea-RS.

**16.5.** Cumprir todas as obrigações constantes, no instrumento de contrato, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

- 16.5.1.** A inadimplência por parte da CONTRATADA, com referência às obrigações sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Crea-RS, não poderá onerar o objeto da contratação, tampouco constituirá qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Crea-RS.
- 16.6.** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE referente à prestação dos serviços e ao cumprimento das demais obrigações assumidas.
- 16.7.** Obedecer ao empregado do Crea-RS responsável pela fiscalização do contrato, no poder de exigir a substituição, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as especificações constantes no termo de referência, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a eventual falha de fiscalização por parte do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do contrato, correndo por conta desta todas as despesas em razão desses serviços;
- 16.8.** Comunicar, por escrito e imediatamente, ao fiscal do contrato, qualquer motivo que impossibilite o fornecimento do(s) item(ens) e/ou a prestação dos serviços nas condições pactuadas.
- 16.9.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990.
- 16.10.** Manter-se, durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 16.11.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, estando as supressões acima desse percentual condicionadas à acordo entre as partes, conforme parágrafo 2º, II, do mesmo diploma legal.
- 16.12.** No valor da proposta deverão estar inclusos todos os encargos e custos, diretos e indiretos, que incidam sobre o objeto licitado.
- 16.13.** Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 16.14.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente edital;
- 16.15.** Estão incluídas nas obrigações da CONTRATADA todas as exigências contidas no termo de referência do edital de Pregão Eletrônico nº 37/2023.

## 17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1.** Os pagamentos serão efetuados conforme o estipulado no **ANEXO IX - CRONOGRAMA DE ENTREGAS**, após as medições, com base nos quantitativos executados e aprovados pela fiscalização;
- 17.1.1.** A medição dos serviços será realizada, com base no cronograma aprovado, considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização. Somente serão medidos os serviços executados conforme os projetos e especificações técnicas constantes do Edital e da proposta da Contratada.
- 17.1.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída e passível de faturamento quando os índices previstos no **CRONOGRAMA DE ENTREGAS (ANEXO IX)** estiverem executados em sua totalidade e aceitos pela Contratante.
- 17.2.** A nota fiscal deve ser encaminhada para a Gerência Administrativa do CREA-RS, através do e-mail [contratos@crea-rs.org.br](mailto:contratos@crea-rs.org.br).
- 17.2.1.** Para os casos de prestação de serviços que incidem retenção de INSS, a nota fiscal **DEVERÁ** ser **emitida e enviada** nos primeiros dias do mês subsequente a prestação dos serviços, ou seja, entre os dias 01 e 05 do mês seguinte.
- 17.2.2.** A nota fiscal emitida e enviada fora do prazo estipulado no item 17.1.1. não poderá ser atestada e será devolvida para cancelamento pelo prestador, o qual providenciará nova emissão dentro do período referido (entre os dias 01 e 05) do próximo mês.
- 17.3.** O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta cadastrada pelo contratado, no mês subsequente a prestação dos serviços, em até 30 (trinta dias) do envio da nota fiscal após ateste do fiscal do contrato, desde que haja documentação fiscal e dos comprovantes de recolhimento de encargos sociais e fiscais (certidões negativas de débitos junto ao INSS e FGTS).
- 17.4.** Os pagamentos sofrerão a incidência da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto de Renda-IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS e Contribuição para o PIS/PASEP. Caso a empresa seja optante pelo Simples, esta deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, declaração conforme ANEXO IV da Normativa nº 1.234/2012 (modelo Anexo III do edital).
- 17.5.** Os pagamentos sofrerão também incidência da Lei Complementar 116/2003, que prevê retenções sobre os



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

pagamentos para fins de recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN, observando as demais legislações do local da prestação dos serviços e do município do prestador, quando for o caso.

**17.6.** Todos os pagamentos referentes a este instrumento de contrato serão efetuados por meio da dotação orçamentária 6.2.2.1.1.02.01.05.003.

## **18. PENALIDADES**

**18.1.** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, a empresa licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e poderá ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o artigo 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**18.2.** Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a licitante vencedora ficará sujeita às seguintes penalidades:

**18.2.1.** Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

**18.2.2.** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação, pelo descumprimento de disposição do edital, cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

**18.2.3.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, nos casos de inexecução parcial ou total, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado;

**18.2.4.** Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL por período de até 2 (dois) anos;

**18.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o Crea-RS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

**18.2.6.** A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor, que venham a ser causados ao Crea-RS e/ou rescisão.

## **19. DA FISCALIZAÇÃO**

**19.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante designado pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, observado o que segue:

**19.1.1.** Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente para as medidas cabíveis;

**19.1.2.** Competirá ao fiscal do contrato solicitar a CONTRATADA e seu(s) preposto(s), ou obter do Crea-RS, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução dos serviços e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

**19.1.3.** Competirá ao fiscal do contrato solicitar à CONTRATADA a correção das partes dos serviços executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações constantes neste instrumento;

**19.1.4.** Competirá ao fiscal do contrato encaminhar para a CONTRATADA, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução do objeto e encaminhar à autoridade competente as solicitações de penalidades aplicáveis pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA;

**19.1.5.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas. Na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE, ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

**19.1.6.** Em concordando com os itens entregues/serviços prestados, o fiscal do contrato deverá atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, para posterior pagamento.

## **20. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

**20.1.** A licitante vencedora se compromete, sob pena de infração e rescisão contratual, a:



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

**20.1.1.** Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;

**20.1.2.** Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos (art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

**20.1.3.** Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;

**20.1.4.** Respeitar o direito de formar ou associar-se a sindicatos, bem como negociar coletivamente, assegurando que não haja represálias.

## **21. FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**21.1.** As licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

**21.1.1. “Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**21.1.2. “Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**21.1.3. “Prática conluída”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**21.1.4. “Prática coercitiva”:** causar danos ou ameaçar causar danos, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**21.1.5. “Prática obstrutiva”:** (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**21.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanções sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

## **22. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

**22.2.** É facultado à pregoeira ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**22.3.** A participação nesta licitação implica na aceitação de todos os termos deste edital.

**22.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.5.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

**22.6.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.7.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

**22.8.** No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

**22.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Sistema Eletrônico de Informações do Crea-RS.

**22.12.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.crea-rs.org.br/site/index.php?p=internallicitacoes>.

**22.13.** O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR VALOR DO ITEM**, para a **CONTRATAÇÃO DO RETROFIT DO APLICATIVO DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO APP PARA A TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUPOSTADA PELO CREA-RS.**

**22.14.** O fornecimento/contratação do objeto deste edital tem como valores máximos admitidos para propostas os seguintes valores abaixo, obtidos em pesquisas junto ao mercado:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) |
|------|--|----------------------------|
| 1    | RETROFIT DO APLICATIVO DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO APP PARA A TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUPOSTADA PELO CREA-RS. | R\$ 645.000,00             |

**22.15.** Os pagamentos serão efetuados conforme o estipulado no ANEXO IX - CRONOGRAMA DE ENTREGAS, após as medições, com base nos quantitativos executados e aprovados pela fiscalização.

**22.16.** Este edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

**22.17.** O contrato deverá ser assinado eletronicamente pela licitante vencedora, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados da sua disponibilização no sistema eletrônico de Informação, SEI, nos termos do Decreto nº 8.539/2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico na realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

**22.17.1.** Para poder efetivar as assinaturas eletrônicas, a licitante vencedora deverá estar cadastrada no Sistema Eletrônico de Informação do CREA-RS;

**22.17.1.1.** Caso não possua o referido cadastro, será enviado *weblink* de página da internet, para o endereço de correio eletrônico, *e-mail*, do responsável pela assinatura do contrato, como forma de se implementar a assinatura eletrônica;

**22.17.2.** O contrato poderá ser assinado também por meio de certificado digital, nos termos da legislação vigente.

## 23. ANEXOS

**23.1.** Integram o presente edital, os seguintes anexos:

**23.1.1.** ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

**23.1.2.** ANEXO II - DECLARAÇÃO DE MODELO DE GESTÃO OPERACIONAL DAS COOPERATIVAS;

**23.1.3.** ANEXO III – DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL;

**23.1.4.** ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL E DECLARAÇÃO DE NEGATIVA DE PARENTESCO;

**24.1.5.** ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO;

**24.1.6.** ANEXO VI – REQUISITOS DE NEGÓCIOS;

**24.1.7.** ANEXO VII – REQUISITOS DE INTERFACE;

**24.1.8.** ANEXO VIII – REQUISITOS DE ARQUITETURA;

**24.1.9.** ANEXO IX – CRONOGRAMA DE ENTREGAS.

Porto Alegre, agosto de 2023.



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

**1.1. CONTRATAÇÃO DO RETROFIT DO APLICATIVO DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO APP PARA A TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUPORTADA PELO CREA-RS.**

### 2. DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. *Retrofit* da área do profissional do CREA-RS, hoje desenvolvida em Linguagem .NET. Realizar o trabalho de desenvolvimento de nova solução na Versão 17 do **Genexus** (ou superior) em aplicação única.

2.2. O escopo de entregas está descrito abaixo e seu detalhamento módulo a módulo no **ANEXO VI - REQUISITOS DE NEGÓCIO**.

**2.2.1. Login:** Comunicação com API de Login do CREA-RS desenvolvida em REST para que os Fiscais possam acessar a plataforma.

**2.2.2. Menu principal:** Apresentação do Menu de acesso dos fiscais.

**2.2.3. Configurações:** Permite download de: Tabelas auxiliares (foreign key), CEP, Profissionais e Empresas. Controla numeração utilizada pelos Relatórios (50 números).

**2.2.4. Relatórios:** Lista de Relatórios criados no APP e opção para criar novos relatórios.

**2.2.5. Empresas:** Pesquisa EMPRESAS na tabela auxiliar, onde foram adicionados registros via download.

**2.2.6. ART:** Pesquisa ART na tabela auxiliar, onde foram adicionados registros via download (em ART – Incluir/Atualizar).

**2.2.7. Arquivos Base:** Inclui no banco off-line com download de ART, distribuídas por Inspetorias.

**2.2.8. Diligências:** Módulo que apresenta e executa a diligência.

**2.2.9. O Padrão de layout do novo sistema deverá seguir as recomendações do ANEXO VII - REQUISITOS DE INTERFACE.**

**2.2.10. O Padrão de desenvolvimento deverá seguir o documento ANEXO VIII - REQUISITOS DE ARQUITETURA.**

**2.2.11. Além do desenvolvimento do APP, serão contratadas 400 horas de desenvolvimento para eventuais itens não identificados neste momento necessários para a finalização do projeto. As horas técnicas serão solicitadas sob demanda durante a execução do contrato.**

### 3. JUSTIFICATIVA

3.1. O CREA-RS recebeu do CREA-PR, por meio de termo de acordo no ano de 2015\* (provável - não foram encontrados processos), o código fonte do **APP Fisca**.

3.2. O APP Fisca se propunha a otimizar as atividades da fiscalização tornando mais produtiva suas tarefas diárias. Consultando via dispositivo móvel os dados contidos no sistema de ARTs e demais informações necessárias do sistema de gestão na palma da mão.

3.3. O APP foi desenvolvido pela equipe própria do CREA-PR na linguagem de programação MONO, naquela altura linguagem para programadores .NET desenvolverem APPs. (utilizada no CREA-PR). O app é distribuído não via Play Store, mas sim por *APK (Android Package Kit)*.

3.4. O CREA-RS trabalho desde meados 2004 e 2005 (informação não documentada) com a linguagem de programação Genexus (**GX**). Conforme já explicado em processos anteriores o GX é uma linguagem que acelera o desenvolvimento de sistemas mais simples utilizando o conceito de *Citizen Developer* ou *low-code programming*. Como há de se perceber são linguagens distintas.

3.5. Para que o APP FISCA pudesse ser utilizado no CREA-RS os seguintes trabalhos foram realizados:

\* Alteração das tabelas de acesso do CREA-PR para a normalização CREA-RS.

\* Sistema de identificação de usuário CREA-RS.

\* Substituição das regras de negócio não utilizados no CREA-RS.

\* Contratação de CC especializado na tecnologia Mono.

3.6. Ao que se sabe da época, os trabalhos acima foram realizados em torno de 6 meses. Após dois anos o CC contrato saiu do CREA-RS e foi dado suporte (não evolução) ao APP por profissionais do quadro. O não domínio do CREA-RS na tecnologia impossibilitou seu aperfeiçoamento.

3.7. Com a evolução dos aparelhos celulares e as necessidades que a fiscalização do sistema CREA/CONFEA cresceram, também o APP do CREA-PR evoluiu. Informados das evoluções no APP, e também da incapacidade de rodar algumas funções do APP atual nos dispositivos móveis mais novos (por ser incompatível com novas versões do sistema android), o CREA-RS firmou um novo termo para obter o APP atualizado ([2022.000003438-6](https://www.crea-rs.org.br/2022.000003438-6)).

3.8. Ao receber o APP a GTIN atual constatou que:





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

- 1) Com a evolução da linguagem de programação MONO, passando agora a XAMARIN (comprada pela Microsoft), não seria uma simples mudança de atributos ou mera atualização.
  - 2) Nenhum profissional do quadro tem o conhecimento de qualquer destas linguagens, o que dificulta uma engenharia reversa.
  - 3) Seria necessária, novamente, a contratação de um CC para integrar o sistema novo recebido do CREA-PR.
  - 4) Os valores de profissionais .NET com conhecimento em aplicativos móveis hoje ultrapassa 20k mês.
  - 5) Criar um TR para contratação de fábrica de software envolveria no mínimo 3 meses de trâmites administrativos.
- 3.9. Considerando todos os itens apontados acima, ao final do desenvolvimento mais uma vez o CREA-RS não deteria o conhecimento.
- 3.10. De posse de todas as informações acima ficou decidido que o melhor cenário é o desenvolvimento de um APP com tecnologia conhecida pelo quadro funcional da TI (GX). De posse da tecnologia o há garantia da continuidade dos trabalhos e evolução da ferramenta.
- 3.11. Visto que o APP hoje apresenta falhas, das quais, impedem o trabalho da equipe de fiscalização. A opção mais segura e rápida é um *retrofit* com as mesmas funcionalidades da plataforma até que um novo edital com uma solução completa seja feita.

#### 4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.1. A licitante deverá apresentar atestados de empresa pública ou privada que comprove ter desenvolvido sistemas de software de mesmo porte, complexidade e linguagem/sistema de desenvolvimento dos solicitados no presente edital.
- 4.2. A contratada terá que comprovar vínculo empregatício, societário ou contratual com pelo menos, o número de profissionais solicitados no quadro abaixo, durante toda a duração do desenvolvimento do sistema.

| Quantidade | Perfil                   | Experiência   | Certificações                  |
|------------|--------------------------|---|--------------------------------|
| 1          | Desenvolvedor SR Mobile. | Experiência comprovada 3 anos em desenvolvimento Genexus. | GeneXus For Smart Devices      |
| 1          | Líder de Projeto         | Experiência comprovada 3 anos em Gestão de Projetos.      | PSM II ou superior (scrum.org) |

4.2.1. Para comprovação deverá ser apresentado: Carteira de trabalho, contrato social da empresa, ou contrato firmado em cartório entre os profissionais e a contratada.

#### 5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- 5.1. O código fonte deverá ser entregue em mídia digital a combinar com o CREA-RS durante a execução do projeto.
- 5.2. O aplicativo deverá estar publicado na playstore da Google.
- 5.3. O Sistema novo será entregue de forma fracionada respeitando o Cronograma do documento - **CRONOGRAMA DE ENTREGAS (ANEXO IX)**.

#### 6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Por ocasião da execução dos serviços, a contratada deverá colher assinatura do no comprovante da prestação dos serviços contendo data, nome, cargo e assinatura do servidor do CREA-RS responsável pelo recebimento.
- 6.2. O objeto da presente contratação será recebido após a avaliação do solicitante.
- 6.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas para realização das atividades descritas no termo de referência, tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.
- 6.4. Se constatadas irregularidades na execução do objeto, o CREA/RS poderá rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua correção integral ou parcial.

#### 7. DEVERES DA CONTRATADA

- 7.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente instrumento de contrato, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 7.2. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante referente à forma de fornecimento do objeto licitado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas.
- 7.3. Comunicar por escrito e imediatamente ao Contratante, qualquer motivo que impossibilite a prestação do serviço nas condições pactuadas.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

- 7.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- 7.5. Respeitar os prazos acordados com o CREA-RS.
- 7.6. Manter-se, durante toda a vigência desta contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 7.7. Aceitar, se aplicável, nas mesmas condições, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas à acordo entre as partes, conforme inciso II do parágrafo 2º do mesmo diploma legal.
- 7.8. Permitir ao empregado do CREA-RS responsável pelo recebimento do objeto, o poder de recusar, qualquer produto que não esteja de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;
- 7.9. No valor dos produtos deverão estar inclusos todos os encargos e custos, diretos e indiretos, que incidam sobre o mesmo.
- 7.10. Atuar, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS.

#### **8. DEVERES DA CONTRATANTE**

- 8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- 8.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto licitado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.3. Aplicar advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do Contrato;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;
- 8.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;
- 9.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 9.7. Recusar os serviços que forem apresentados em desacordo com as especificações;
- 9.8. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados;
- 9.9. Atender os ditames da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

#### **11. SANÇÕES**

- 10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:
- 10.2. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:
- 10.3. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação, pelo descumprimento da contratação ou norma de legislação pertinente;
- 10.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, nos casos de inexecução parcial ou total, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado;
- 10.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL por período de até 2 (dois) anos;
- 10.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;
- 10.7. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor, que venham a ser causados ao CREA-RS e/ou rescisão;

#### **11. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

- 11.1. A(s) licitante(s) contratada(s) se compromete(m) a formalização de Acordo de Proteção de Dados, nos termos e condições a seguir relacionadas:



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

- 11.1.1.** A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física (“Titular”) identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS.
- 11.1.2.** A empresa CONTRATADA obriga-se a manter os Dados Pessoais a que tiver acesso em sigilo, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a protegê-los contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão (“Tratamento não Autorizado ou Incidente”), bem como a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer elementos de dados pessoais que passe a ter acesso a partir da assinatura deste termo, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o término da finalidade para a qual foram coletados
- 11.1.3.** A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:
- 11.1.3.1.** Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato.
- 11.1.3.2.** Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial.
- 11.1.3.3.** Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins de celebrar futuro contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta
- 11.1.3.4.** Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas ou acordadas com o CREA-RS
- 11.1.3.5.** Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis
- 11.1.3.6.** Conservar os dados apenas durante o período necessário à celebração da contratação. Quando da finalização da contratação, a empresa CONTRATADA poderá manter os dados pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade
- 11.1.3.7.** Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.
- 11.1.3.8.** Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade
- 11.1.3.9.** Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste termo, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares
- 11.1.3.10.** Os dados coletados poderão estar armazenados em ambiente seguro e controlado pela empresa CONTRATADA, ou de terceiro por ele contratado desde que este terceiro assumira, por escrito, as mesmas responsabilidades em relação a proteção de dados assumidas pela empresa CONTRATADA, não podendo guardar, armazenar ou reter os dados por tempo superior ao prazo legal
- 11.1.3.11.** A empresa CONTRATADA se compromete a devolver ou excluir os Dados que vier a ter acesso, em até 30 (trinta) dias, nos casos em que (i) o CREA-RS solicitar; (ii) o contrato não for renovado ou, se renovado, for rescindido.
- 11.1.4.** A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.
- 11.1.5.** O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito.
- 11.1.6.** A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor.
- 11.1.7.** A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE MODELO DE GESTÃO OPERACIONAL DAS COOPERATIVAS**

(EMPRESA licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023

A (empresa licitante devidamente qualificada), declara, para os devidos fins que, nos termos do artigo 10, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, adota modelo de gestão operacional que:

I – Possibilita autonomia dos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a administração e os cooperados; e

II – A gestão operacional do serviço é compartilhada ou em rodízio, onde as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e a de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666/1993, são realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

Local e data.....

Assinatura do Responsável



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES**

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO ART. 4º  
(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244/2012, vide art. 3º)

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_

DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430/1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123/2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32, Lei nº 9.430/1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137/1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

**Sr. Fornecedor:** esta declaração deverá acompanhar a nota fiscal, sendo carimbado com o CNPJ da empresa e devidamente assinada e datada pelo representante legal da empresa.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

**ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA E DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PARENTESCO**

**Pregão Eletrônico nº 37/2023: CONTRATAÇÃO DO RETROFIT DO APLICATIVO DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO APP PARA A TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUPORTADA PELO CREA-RS.**

|                              |                    |                  |
|------------------------------|--------------------|------------------|
| <b>Empresa/Razão social:</b> |                    |                  |
| <b>Nome fantasia:</b>        |                    |                  |
| <b>CNPJ:</b>                 |                    |                  |
| <b>Endereço:</b>             |                    |                  |
| <b>Telefones:</b>            |                    |                  |
| <b>E-mail:</b>               |                    |                  |
| <b>Banco:</b>                | <b>Agência nº:</b> | <b>Conta nº:</b> |
| <b>Responsável legal:</b>    |                    |                  |
| <b>CPF nº:</b>               |                    |                  |

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|--|-------------------|
| 1    | RETROFIT DO APLICATIVO DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO APP PARA A TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUPORTADA PELO CREA-RS. |                   |

O preço cotado inclui todos os custos e despesas inerentes aos serviços objeto deste edital, tais como: Taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, que possam influir direta ou indiretamente no custo, e os produtos ofertados estão em conformidade com os requisitos descritos no termo de referência.

**DECLARAÇÃO:**

**(Nome da Empresa), por seu representante legal, vem, por meio desta, declarar que não possui sócio(s) ou diretor(es) que mantenha(m) parentesco em linha reta ou até o terceiro grau em linha colateral, com servidor(es), Presidente, Vice-Presidente(s), Diretor(es) e Conselheiro(s) do CREA-RS.**

**Atenciosamente,**

Local e data.....

Assinatura do Responsável



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

#### ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

Contrato celebrado entre o **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede e foro no Rio Grande do Sul, sito na rua São Luís, 77, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob nº 92.695.790/0001-95, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente e/ou seus Vice-Presidentes, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002 regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, que regem a matéria, obedecendo ao disposto no art. 191 da Lei nº 14.133/2021, conforme edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023**, sob o protocolo nº 2023.000004022-7 mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

##### 1.1. CONTRATAÇÃO DO RETROFIT DO APLICATIVO DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO APP PARA A TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUPORTADA PELO CREA-RS.

##### 1.2. DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.2.1. *Retrofit* da área do profissional do CREA-RS, hoje desenvolvida em Linguagem .NET. Realizar o trabalho de desenvolvimento de nova solução na Versão 17 do **Genexus** (ou superior) em aplicação única.

1.2.2. O escopo de entregas está descrito abaixo e seu detalhamento módulo a módulo no **ANEXO VI - REQUISITOS DE NEGÓCIO**.

1.2.2.1. **Login**: Comunicação com API de Login do CREA-RS desenvolvida em REST para que os Fiscais possam acessar a plataforma.

1.2.2.2. **Menu principal**: Apresentação do Menu de acesso dos fiscais.

1.2.2.3. **Configurações**: Permite download de: Tabelas auxiliares (foreign key), CEP, Profissionais e Empresas. Controla numeração utilizada pelos Relatórios (50 números).

1.2.2.4. **Relatórios**: Lista de Relatórios criados no APP e opção para criar novos relatórios.

1.2.2.5. **Empresas**: Pesquisa EMPRESAS na tabela auxiliar, onde foram adicionados registros via download.

1.2.2.6. **ART**: Pesquisa ART na tabela auxiliar, onde foram adicionados registros via download (em ART – Incluir/Atualizar).

1.2.2.7. **Arquivos Base**: Inclui no banco off-line com download de ART, distribuídas por Inspetorias.

1.2.2.8. **Diligências**: Módulo que apresenta e executa a diligência.

1.2.2.9. O Padrão de layout do novo sistema deverá seguir as recomendações do **ANEXO VII - REQUISITOS DE INTERFACE**.

1.2.2.10. O Padrão de desenvolvimento deverá seguir o documento **ANEXO VIII - REQUISITOS DE ARQUITETURA**.

1.2.2.11. Além do desenvolvimento do APP, serão contratadas 400 horas de desenvolvimento para eventuais itens não identificados neste momento necessários para a finalização do projeto. As horas técnicas serão solicitadas sob demanda durante a execução do contrato.

##### 1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3.1.. A licitante deverá apresentar atestados de empresa pública ou privada que comprove ter desenvolvido sistemas de software de mesmo porte, complexidade e linguagem/sistema de desenvolvimento dos solicitados no presente edital.

1.3.2. A contratada terá que comprovar vínculo empregatício, societário ou contratual com pelo menos, o número de profissionais solicitados no quadro abaixo, durante toda a duração do desenvolvimento do sistema.

| Quantidade | Perfil                   | Experiência   | Certificações                  |
|------------|--------------------------|---|--------------------------------|
| 1          | Desenvolvedor SR Mobile. | Experiência comprovada 3 anos em desenvolvimento Genexus. | GeneXus For Smart Devices      |
| 1          | Líder de Projeto         | Experiência comprovada 3 anos em Gestão de Projetos.      | PSM II ou superior (scrum.org) |

1.3.2.1. Para comprovação deverá ser apresentado: Carteira de trabalho, contrato social da empresa, ou contrato firmado em cartório entre os profissionais e a contratada.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

- 2.1. O código fonte deverá ser entregue em mídia digital a combinar com o CREA-RS durante a execução do projeto.
- 2.2. O aplicativo deverá estar publicado na playstore da Google.
- 2.3. O Sistema novo será entregue de forma fracionada respeitando o Cronograma do documento - **CRONOGRAMA DE ENTREGAS (ANEXO IX)**.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS**

- 3.1. Pela prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores de acordo com a proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 37/2023:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|---|-------------------|
| 1    | <b>RETROFIT DO APLICATIVO DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO APP PARA A TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUPORTADA PELO CREA-RS.</b> |                   |

- 3.2. Os preços aceitos pela CONTRATADA são entendidos como justos e suficientes para a execução do objeto desta contratação, já incluídos os impostos federais, estaduais e municipais e, ainda, outras despesas da conta da CONTRATADA.

3.2.1. Os pagamentos serão efetuados conforme o estipulado no **ANEXO IX - CRONOGRAMA DE ENTREGAS**, após as medições, com base nos quantitativos executados e aprovados pela fiscalização;

3.2.3. A medição dos serviços será realizada, com base no cronograma aprovado, considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização. Somente serão medidos os serviços executados conforme os projetos e especificações técnicas constantes do Edital e da proposta da Contratada.

3.2.4. Uma etapa será considerada efetivamente concluída e passível de faturamento quando os índices previstos no **CRONOGRAMA DE ENTREGAS (ANEXO IX)** estiverem executados em sua totalidade e aceitos pela Contratante.

3.3. A nota fiscal deve ser encaminhada para a Gerência Administrativa do CREA-RS, através do e-mail [contratos@crea-rs.org.br](mailto:contratos@crea-rs.org.br).

3.3.1. Para os casos de prestação de serviços que incidem retenção de INSS, a nota fiscal **DEVERÁ** ser emitida e enviada nos primeiros dias do mês subsequente a prestação dos serviços, ou seja, entre os dias 01 e 05 do mês seguinte.

3.3.2. A nota fiscal emitida e enviada fora do prazo estipulado no item 3.3.1. não poderá ser atestada e será devolvida para cancelamento pelo prestador, o qual providenciará nova emissão dentro do período referido (entre os dias 01 e 05) do próximo mês.

3.4. O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta cadastrada pelo contratado, no mês subsequente a prestação dos serviços, em até 30 (trinta dias) do envio da nota fiscal após ateste do fiscal do contrato, desde que haja documentação fiscal e dos comprovantes de recolhimento de encargos sociais e fiscais (certidões negativas de débitos junto ao INSS e FGTS).

3.5. Os pagamentos sofrerão a incidência da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto de Renda-IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS e Contribuição para o PIS/PASEP. Caso a empresa seja optante pelo Simples, esta deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, declaração conforme ANEXO IV da Normativa nº 1.234/2012 (modelo Anexo III do edital).

3.6. Os pagamentos sofrerão também incidência da Lei Complementar 116/2003, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN, observando as demais legislações do local da prestação dos serviços e do município do prestador, quando for o caso.

3.7. Todos os pagamentos referentes a este instrumento de contrato serão efetuados por meio da dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.02.01.05.003.

#### **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Constituem obrigações do CREA-RS:

4.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

4.1.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto licitado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.3. Proceder advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do edital;

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

- 4.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- 4.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 4.1.7. Recusar os itens que forem apresentados em desacordo com as especificações;
- 4.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, em como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados ou subordinados;
- 4.3. Disponibilizar acesso aos profissionais da CONTRATADA, devidamente identificados e que adotem comportamento condizente com ambientes de trabalho, em geral, discreto e formal em suas dependências;
- 4.4. Requisitar documentos para verificar as regularidades jurídicas, fiscais, trabalhistas e econômicas, atualizados, os quais deverão ser fornecidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 4.5. A inadimplência por parte da CONTRATADA, com referência às obrigações sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CREA-RS, nem poderá onerar o objeto da contratação, ou tampouco constituirá qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CREA-RS.
- 4.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

#### **CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente instrumento de contrato, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 5.2. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante referente à forma de fornecimento do objeto licitado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas.
- 5.3. Comunicar, por escrito e imediatamente, ao fiscal do contrato, qualquer motivo que impossibilite a prestação do serviço nas condições pactuadas.
- 5.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- 5.5. Respeitar os prazos acordados com o CREA-RS.
- 5.6. Manter-se, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.7. Aceitar, se aplicável, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas à acordo entre as partes, conforme inciso II do parágrafo 2º do mesmo diploma legal.
- 5.8. Permitir ao empregado do CREA-RS responsável pela fiscalização do contrato o poder de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a eventual falha de fiscalização por parte do Contratante eximirá a Contratada das responsabilidades decorrentes do contrato correndo por conta desta todas as despesas em razão desses serviços.
- 5.9. No valor dos serviços deverão estar inclusos todos os encargos e custos, diretos e indiretos, que incidam sobre o mesmo.
- 5.10. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes no presente instrumento, bem como de infrações praticadas por seus empregados, ainda que no recinto do CREA-RS.
- 5.11. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, bem como aquelas realizadas com eventuais terceirizações, ficando o CREA-RS isento de qualquer vínculo empregatício
- 5.12. Estão incluídas nas obrigações da CONTRATADA todas as exigências contidas no termo de referência do edital de Pregão Eletrônico nº 37/2023

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

- 6.1. A CONTRATADA se compromete, sob pena de infração e rescisão contratual, a:
  - 6.1.1. Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

**6.1.2.** Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos conforme art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**6.1.3.** Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;

**6.1.4.** Respeitar o direito de formar ou associar-se a sindicatos, bem como negociar coletivamente, assegurando que não haja represálias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**7.1.** A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

**7.1.1. “Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**7.1.2. “Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**7.1.3. “Prática conluída”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**7.1.4. “Prática coercitiva”:** causar danos ou ameaçar causar danos, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**7.1.5. “Prática obstrutiva”:** (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**7.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanções sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.

**7.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante designado pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, observado o que segue:

**8.1.1.** Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;

**8.1.2.** Solicitar à CONTRATADA as correções necessárias identificadas para a execução do termo de referência deste edital e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;

**8.1.3.** Encaminhar ao fiscal do contrato, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução, para que o gestor encaminhe à autoridade competente as solicitações de penalidades aplicáveis pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA;

**8.1.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas. Na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE, ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

**8.2.** Será fiscal do presente contrato \_\_\_\_\_, matrícula CREA-RS nº \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
www.crea-rs.org.br

**9.1.** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019, a empresa licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a União e poderá ser descredenciado no SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o artigo 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**9.2.** Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**9.2.1.** Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

**9.2.2.** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação, pelo descumprimento de disposição do edital, cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

**9.2.3.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, nos casos de inexecução parcial ou total, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado;

**9.2.4.** Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL por período de até 2 (dois) anos;

**9.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

**9.2.6.** A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor, que venham a ser causados ao CREA-RS e/ou rescisão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**10.1.** A rescisão contratual poderá ser efetivada nos termos da Lei, na hipótese de descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações contratuais, com as consequências legais e instrumentais.

**10.2.** Constituirá também, motivo de rescisão, os elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

**11.1.** O prazo de duração desta contratação será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, através do respectivo termo aditivo, nos termos do que dispõe o art. 57, IV, da Lei federal 8.666/1993 e legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO E REAJUSTE**

**12.1.** Sob critério do CREA-RS, em caso de renovação ao final do período contratual de 12 (doze) meses, os serviços prestados farão jus a serem reajustados para mais ou para menos pelo IGPM/FGV acumulado para o período contratado ou índice que o substitua ou acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes dos serviços prestados, referentes a presente licitação, correrão, por conta da dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.02.01.05.003.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** O contrato deverá ser assinado eletronicamente pela licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da sua disponibilização no sistema eletrônico de Informação, SEI, nos termos do Decreto nº 8.539/2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico na realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

**14.1.1.** Para poder efetivar as assinaturas eletrônicas, a licitante vencedora deverá estar cadastrada no sistema eletrônico de Informação do Crea-RS;

**14.1.1.1.** Caso não possua o referido cadastro, será enviado *weblink* de página da internet, para o endereço de correio eletrônico, *e-mail*, do responsável pela assinatura do contrato, como forma de se implementar a assinatura eletrônica;

**14.1.2.** O contrato poderá ser assinado também por meio de certificado digital, nos termos da legislação vigente;

**14.2** O edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos;



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia  
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100  
[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

**14.3.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/1993, Decreto nº 7.892/2013, e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

**15.1.** É competente para dirimir as controvérsias oriundas da presente avença, o Foro da Justiça Federal de Porto Alegre/RS.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.





**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

## ANEXO VI: Requisitos de Negócios

|         |                       |        |       |
|---------|-----------------------|--------|-------|
| Versão: | Requisitos de Negócio | Resp.: | Pag.1 |
|---------|-----------------------|--------|-------|



## Identificação

Documento de Requisitos de Negócio para o novo APP de fiscalização do CREA-RS.

### 1. Requisitos De Negócio

O projeto de contratação de empresa para desenvolvimento de um novo app tem por objetivo o redesenho (*retrofit*) das funcionalidades do APP das Fiscalização.

Mudança de tecnológica para a versão 17 (ou superior) do Genexus e nova experiência ao usuário final (*User eXperience*).

O objetivo da fiscalização do CREA-RS é verificar se as obras e serviços técnicos de engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia estão sendo conduzidas tecnicamente por profissionais e empresas legalmente habilitadas junto ao Conselho.

Para este desenvolvimento foram elencados os itens aplicativo original, que serão listadas abaixo. Porém, a lista não deve ser reescrita de maneira idêntica a atual. Deverá ser respeitado o novo padrão de interface e a organização dos itens de layout do Anexo II – Requisitos de Interface.

A base de dados será a mesma já utilizada, ou seja, não haverá migração de dados. Seus detalhes técnicos estão no documento Anexo III – Requisitos de Arquitetura.



Para execução do projeto as seguintes premissas serão consideradas:

- 1) O Código fonte antigo será a base do projeto, sendo o que está no código a análise mais detalhada a ser fornecida pelo CREA-RS. Dessa forma a CONTRATADA deverá primeiro analisar o código para assim tirar suas dúvidas com o CREA-RS.
- 2) O CREA-RS irá informar onde estão os objetos para cada pacote de trabalho.
- 3) O CREA-RS irá fornecer uma base de dados anonimizada para a CONTRATADA realizar seu desenvolvimento. A CONTRATADA assinará um termo de responsabilidade para o projeto.
- 4) O CREA-RS irá disponibilizar um servidor de homologação e produção para a nova área. Sendo assim a CONTRATADA deverá ter seu próprio servidor para seu desenvolvimento.

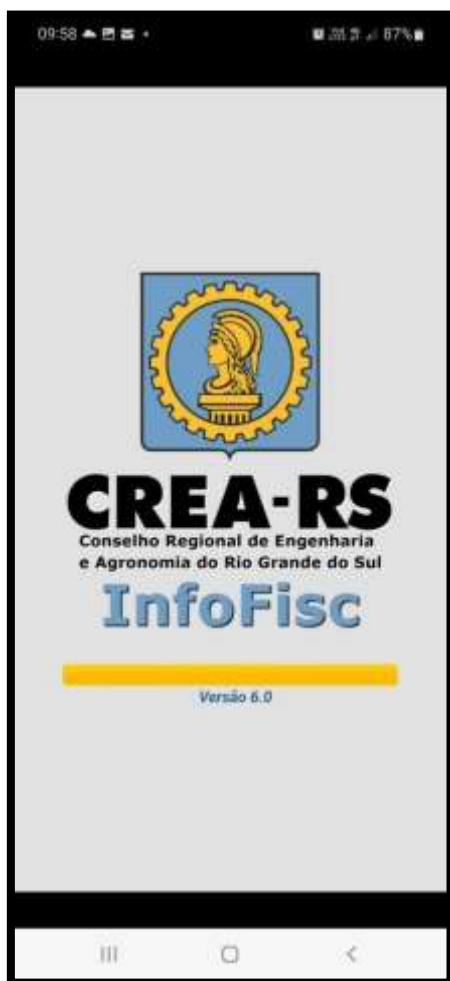
Para execução do projeto as seguintes restrições serão consideradas:

- 1) Toda e qualquer alteração no modelo de dados que seja para melhorar a nova aplicação deverá respeitar a aplicação antiga. Ou seja, não deverá causar qualquer impacto no fluxo antigo. Estas mudanças deverão ter a aprovação formal da equipe do CREA-RS.



## 2.Requisitos

### 2.1 HOME:



### 2.2 LOGIN:

2.2.1 Acesso ao login do profissional será realizado por usuário e senha da base local. Outros requisitos esperados:

2.2.1.1 Funcionalidade para “ver” a senha.

2.2.1.2 *Recaptcha* na terceira tentativa.

2.2.2 Toda criptografia envolvida para armazenamento destas senhas está descrita no documento Anexo III – Requisitos de Arquitetura.





## 2.3 Menu

### 2.3.1 Modulo de apresentação das funcionalidades básicas:

**A interface apresentada é do APP antigo.**

**Deverá manter as mesmas regras de negócio em interface mais amigável, conforme Anexo de Interface.**



Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.

Tela representa o MENU principal.

Também permite acessar as Configurações do APP (parte superior, lado direito).



## 2.4 Configurações:

|  |   |
|--|---|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Opção para o Fiscal fazer Login.</p> <p>Permite download de:<br/>Tabelas auxiliares (foreign key),<br/>CEP,<br/>Profissionais e<br/>Empresas.</p> <p>Controla numeração utilizada pelos Relatórios (50 números).</p> |
|--|---|


## 2.5 Relatórios:

### 2.5.1 Lista de Relatórios




**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100

[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

|  |   |
|--|---|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Lista de Relatórios <u>criados</u> no APP (opção NOVO, parte superior, lado direito).</p> <p>Barra verde informa que o Relatório está liberado para ser ENVIADO.</p> |
|--|---|


### 2.5.2 Tela 1

|   |  |
|---|--|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Georreferenciamento da Obra/Serviço.</p> <p>Informe:</p> <p>Data da Visita do Fiscal,<br/>Ação de Fiscalização,<br/>Pessoa Física/Jurídica fiscalizada (nome, endereço...),<br/>Responsável pela Obra/Serviço (nome, função na obra/serviço).</p> |
|---|--|




|  |  |
|--|--|
|  |  |
|--|--|

### 2.5.3 Tela 2

|  |   |
|--|---|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Permite COPIAR dados da TELA 1, apenas para o primeiro executante.</p> <p>Dados da Obra, Serviço Técnico ou Empreendimento.</p> <p>Informe:</p> <p>Executante (permite até cinco),<br/>Endereço.</p> |
|--|---|


### 2.5.4 Tela 3

|   |  |
|---|--|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Informações da Obra ou Serviço.</p> <p>Informe:</p> <p>No caso de Edificações (Natureza, área...),<br/>Etapas,<br/>Aprovação Municipal,<br/>Existência de Placa,<br/>Resultado,</p> |
|---|--|




|  |                            |
|--|----------------------------|
|  | Área de atuação (excluir). |
|--|----------------------------|

### 2.5.5 Tela 4

|  |   |
|--|---|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Informe:<br/>Empreendimento na Obra ou Serviço (somente um), Atividades respectivas ao Empreendimento.</p> |
|--|---|

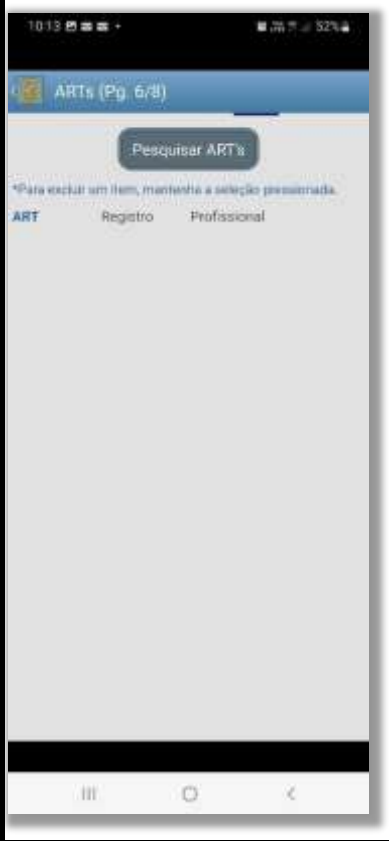


2.5.6 Tela 5

|   |  |
|---|--|
|  <p>The screenshot shows a mobile application interface. At the top, the status bar displays the time 09:24 and battery level 85%. The app header is titled 'Infringências (Pg. 5/8)'. Below the header, there is a section 'Informe a(s) infringência(s) constatada(s)' with a list of items. The first item is '13-Pessoa Jurídica executando atividade técnica'. Below this list, there is a 'Detalhamento de Constatação' section with a text area containing the following text: 'Em fiscalização no apto fo gi constatou-se que a (Empresa - mencionar nome) executou as atividades de (descrever atividade técnica e especificação do trabalho), estando com seu registro cancelado desde (data do cancelamento), comprovado através (mencionar documento comprobatório das atividades exercidas)'. At the bottom of the text area, it says 'Máximo de 6000 caracteres' with a red 'X' icon. The bottom of the screen shows a navigation bar with three icons: a list icon, a home icon, and a back arrow.</p> | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Infringências a legislação que foram constatadas.</p> <p>Detalhamento: Ícone <u>verde</u> quando associado a Infringência selecionada, Ícone <u>amarelo</u> quando desassociado a Infringência.</p> |
|---|--|

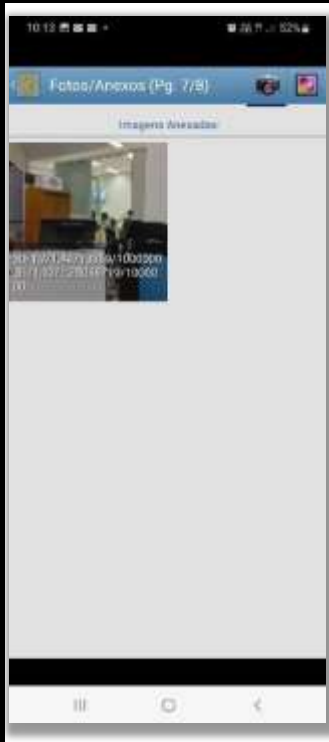


### 2.5.7 Tela 6


|  |   |
|--|---|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Anexa ART no Relatório.</p> <p>Pesquisa no banco local e on-line (caso APP tenha acesso à Internet).</p> <p>Caso encontre on-line então insere no banco local.</p> |
|--|---|



### 2.5.8 Tela 7

|  |  |
|--|--|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Anexa imagens ao Relatório.</p> <p>Pode ser quando:<br/>Usa a câmera do smartphone.<br/>Pesquisando na pasta GALERIA do smartphone.</p> |
|--|--|

### 2.5.9 Tela 8

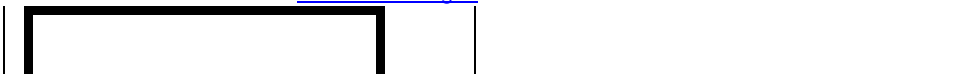
|   |  |
|---|--|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Tela de saída.</p> <p>Permitir retornar a tela de Lista dos Relatórios ou a Tela de Enviar Relatório.</p> |
|---|--|






**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100

[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)




## 2.6 Envio de Relatórios

|  |   |
|--|---|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Tela para ENVIAR Relatórios ao sistema cooperativo (APOLO).</p> <p>Barra <u>verde</u> são Relatórios corretos para envio.</p> <p>Barra <u>vermelha</u> são Relatórios incorretos, não permite envio.</p> |
|--|---|

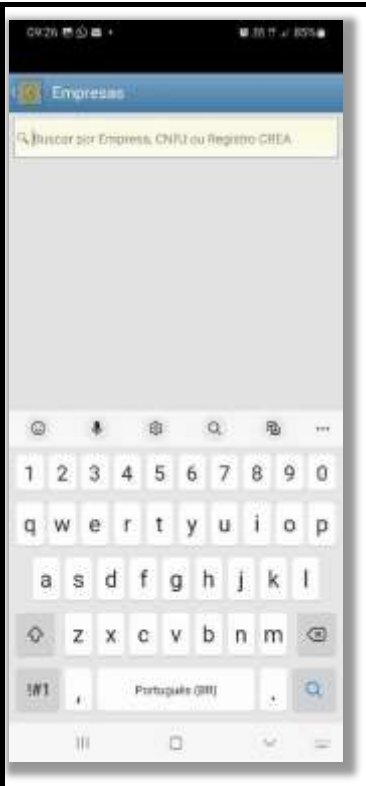


## 2.7 Busca de Profissionais

|  |   |
|--|---|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Pesquisa PROFISSIONAIS na tabela auxiliar, onde foram adicionados registros via download (em Configurações).</p> |
|--|---|




## 2.8 Empresas

|  |  |
|--|--|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Pesquisa EMPRESAS na tabela auxiliar, onde foram adicionados registros via download (em Configurações).</p> |
|--|--|

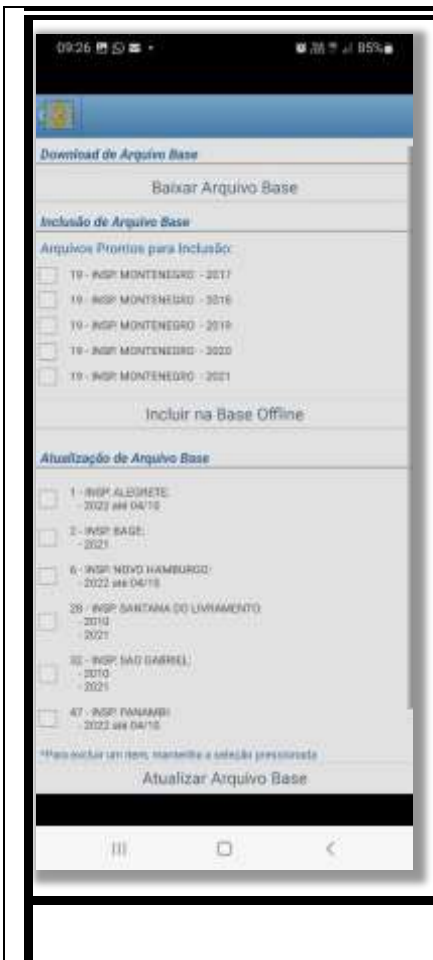


## 2.9 ARTs Offline

|  |  |
|--|--|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Pesquisa ART na tabela auxiliar, onde foram adicionados registros via download (em ART – Incluir/Atualizar).</p> <p>Pesquisa no banco local e on-line (caso APP tenha acesso à Internet).</p> |
|--|--|



## 2.10 Arquivos Base



Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.

Inclui no banco off-line com download de ART, distribuídas por Inspetorias:

Fase 1: download arquivo .zip \*

Fase 2: Descompacta arquivo

Fase 3: Inclui no banco off-line.

Atualiza banco off-line com acesso on-line ao sistema cooperativo (Apolo), a partir da última data de inclusão.

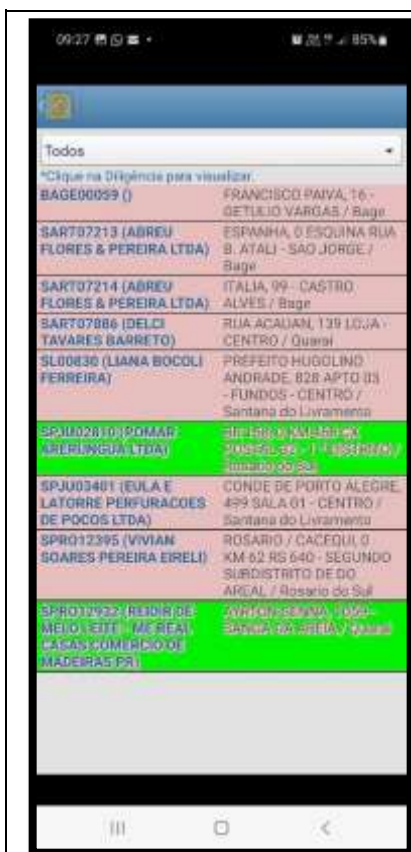


\*

|  |  |
|--|--|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Na Fase 1 o download do arquivo .zip é feita por link de Internet, acessando uma página do sistema cooperativo (Apolo), onde o arquivo já está disponível.</p> <p>* Este modulo é pretendido que seja automático.</p> |
|--|--|



## 2.11 Diligência 2.11.1 Tela 1



Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.

Lista de Diligências, atualizadas no APP on-line.

Fundo verde: informa que a Diligência está liberada para o Fiscal, que acessou o APP, executá-la.

Fundo salmão: informa que a Diligência NÃO está liberada para o Fiscal, que acessou o APP, executá-la. Apenas Consulta.



### 2.11.2 Tela 2



Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.

Consulta Diligência.

Campos bloqueados para alteração.

Opções:

Enviar Diligência e Movimentos para o sistema corporativo (Apolo).


Consulta Movimentos.

Anexar imagens, gerando novo movimento (mesmas funções da Tela 7 do Relatório).





### 2.11.3 Tela 3

|  <table border="1"><thead><tr><th colspan="2">Relatório de Movimentos da Diligência: BAGE00059</th></tr></thead><tbody><tr><td>RECEBIMENTO NO DESTINO</td><td>02/07/2021</td></tr><tr><td>TRANSFERÊNCIA DE EXECUÇÃO</td><td>05/07/2021</td></tr><tr><td>FOTO</td><td>09/07/2021 Envio de imagens</td></tr><tr><td>TRDP</td><td>14/07/2021 Em atendimento a solicitação de diligência BAGE00059, foi constatado que a empresa "GERSON PACHECO BARBOSA 56052715049" está atuando na área de construção civil conforme declaração do proprietário, Sr. Gerson e está fazendo propaganda de serviços de engenharia conforme placa externa de identificação em seu escritório, não possui registro no CREA-RS sendo assim foi deixado TRDP 261865 solicitando regularização de sua empresa - 55.538098 -30.890839 14</td></tr><tr><td>AUSENTE</td><td>24/10/2022 -51.206938 -30.044630 13,219</td></tr></tbody></table> | Relatório de Movimentos da Diligência: BAGE00059   |  | RECEBIMENTO NO DESTINO | 02/07/2021 | TRANSFERÊNCIA DE EXECUÇÃO | 05/07/2021 | FOTO | 09/07/2021 Envio de imagens | TRDP | 14/07/2021 Em atendimento a solicitação de diligência BAGE00059, foi constatado que a empresa "GERSON PACHECO BARBOSA 56052715049" está atuando na área de construção civil conforme declaração do proprietário, Sr. Gerson e está fazendo propaganda de serviços de engenharia conforme placa externa de identificação em seu escritório, não possui registro no CREA-RS sendo assim foi deixado TRDP 261865 solicitando regularização de sua empresa - 55.538098 -30.890839 14 | AUSENTE | 24/10/2022 -51.206938 -30.044630 13,219 | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Lista Movimentos da Diligência.</p> <p>Para INCLUIR Movimento, usar opção NOVO, parte superior, lado direito.</p> |
|--|--|--|------------------------|------------|---------------------------|------------|------|-----------------------------|------|--|---------|---|--|
| Relatório de Movimentos da Diligência: BAGE00059   |  |  |                        |            |                           |            |      |                             |      |  |         |   |  |
| RECEBIMENTO NO DESTINO   | 02/07/2021   |  |                        |            |                           |            |      |                             |      |  |         |   |  |
| TRANSFERÊNCIA DE EXECUÇÃO  | 05/07/2021   |  |                        |            |                           |            |      |                             |      |  |         |   |  |
| FOTO   | 09/07/2021 Envio de imagens  |  |                        |            |                           |            |      |                             |      |  |         |   |  |
| TRDP   | 14/07/2021 Em atendimento a solicitação de diligência BAGE00059, foi constatado que a empresa "GERSON PACHECO BARBOSA 56052715049" está atuando na área de construção civil conforme declaração do proprietário, Sr. Gerson e está fazendo propaganda de serviços de engenharia conforme placa externa de identificação em seu escritório, não possui registro no CREA-RS sendo assim foi deixado TRDP 261865 solicitando regularização de sua empresa - 55.538098 -30.890839 14 |  |                        |            |                           |            |      |                             |      |  |         |   |  |
| AUSENTE  | 24/10/2022 -51.206938 -30.044630 13,219  |  |                        |            |                           |            |      |                             |      |  |         |   |  |



#### 2.11.4 Tela 4

|  |  |
|--|--|
|  | <p>Funcionalidades hoje apresentadas na tela ao lado.</p> <p>Georreferenciamento do Movimento.</p> <p>Campos liberados para digitação.</p> |
|--|--|



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA

Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100

[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

## ANEXO VII: Requisitos de Interface

|         |                         |        |       |
|---------|-------------------------|--------|-------|
| Versão: | Requisitos de Interface | Resp.: | Pag.1 |
|---------|-------------------------|--------|-------|



# Identificação

Requisitos de Interface da nova aplicação.

## 1. Requisitos

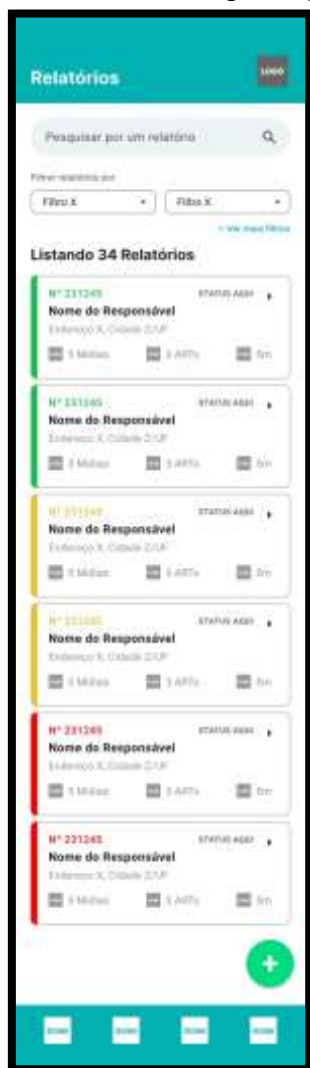
1. A nova aplicação deverá ser desenvolvido utilizando componentes da versão 17+ do Genexus.
2. Utilização de componentes do Workwithplus (<https://www.workwithplus.com/home>) para mobile . Todas as licenças serão de responsabilidade da CONTRATADA.
3. Toda e qualquer interface deverá seguir o padrão de apresentação do protótipo disponibilizado no item 2 - Protótipo deste documento.



## 2. Protótipo

- 2.1 Abaixo os protótipos já desenvolvidos para o projeto. Todas as imagens em JPG serão entregues no início do projeto.

Padrão de Listagens (relatórios)





## Relatório – Etapa 1

The screenshot displays the 'Novo Relatório' (New Report) screen in a mobile application. The interface is in Portuguese and shows the following elements:

- Header:** 'Novo Relatório' with a 'LOGO' icon.
- Navigation:** A back arrow labeled 'Voltar' and the report ID 'Relatório #12345678'.
- Section:** 'Dados do Relatório' with a sub-section indicator 'Etapa 1'.
- Form Fields:**
  - Informações Básicas:** 'DATA DA VISITA' (01/06/2021) and 'AÇÃO ESPECIAL' (Rotina).
  - Local:** A 'Sincronizar GPS' button.
  - Pessoa Fiscalizada:** Radio buttons for 'CPF' (selected) and 'CNPJ'.
  - Document ID:** 'NÚMERO DO DOCUMENTO' (CPF ou CNPJ).
  - Address:** 'CEP' (12.345-678), 'CIDADE' (Porto Alegre), 'RUA' (Nome da Rua), 'NÚMERO' (123), 'COMPLEMENTO' (456), 'BARRIO' (Nome da Rua), and 'Telefone' ((12) 34567-8910).
  - Responsible Party:** 'NOME DO RESPONSÁVEL' (Nome da Pessoa) and 'FUNÇÃO' (Função da Pessoa).
- Buttons:** A green 'Próxima Etapa' button at the bottom.
- Footer:** A navigation bar with four icons.



## Relatório – Etapa 2

The screenshot displays the 'Novo Relatório' (New Report) screen in a mobile application. At the top, there is a teal header with the title 'Novo Relatório' and a 'LOGO' button. Below the header, a navigation bar includes a back arrow labeled 'Voltar' and the report ID 'Relatório #12345678'. The main section is titled 'Dados da Obra' (Work Data) and is labeled as 'Etapa 2' (Step 2). A prominent blue button offers the option to 'Utilizar mesmos dados da Pessoa Fisicalizada' (Use same data from the Naturalized Person). The form contains several input fields: 'Executante' (Contractor) with a checked 'CPF' (Individual Taxpayer ID) and an unchecked 'CNPJ' (Corporate Taxpayer ID) option; 'NÚMERO DO DOCUMENTO' (Document Number) with the placeholder 'CPF ou CNPJ'; 'CREA' (Professional Registration) with the value 'RS123456' and a green 'Status Regular' (Regular Status) indicator; 'CEP' (Postal Code) '12.345-678' and 'CIDADE' (City) 'Porto Alegre'; 'RUA' (Street) 'Nome da Rua'; 'NÚMERO' (Number) '123' and 'COMPLEMENTO' (Complement) '456'; 'BAIRRO' (Neighborhood) 'Nome da Rua'; and 'Telefone' (Phone) '(12) 34567-8910'. A blue button labeled '+ Incluir um Executante' (Add a Contractor) is positioned below the form. At the bottom of the form area is a large green button labeled 'Próxima Etapa' (Next Step). The bottom of the screen features a teal navigation bar with four white icons labeled 'HOME', 'HOME', 'HOME', and 'HOME'.



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA

Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100

[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)





### Relatório – Etapa 3

**Novo Relatório** 1000

[< Voltar](#) Relatório #12345678

**Edificações e Atuação** Etapa 3

- + Área de Edificação Nova
- + Área de Ampliação
- + Área de Restaura
- + Área de Reforma
- + Área de Demolição

**Etapa**

FUNDAÇÕES Andamento ARQUITETÔNICO Andamento

ESTRUTURAL Andamento

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS Andamento

INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS Andamento

OUTROS Digite aqui

**Aprovação Municipal**  Sim  Não

DATA 01/05/2023 NÚMERO 123456

**Placa da Obra**  Sim  Não

Anexar uma Foto

Próxima Etapa

HOME HOME HOME HOME



## Relatório – Etapa 4.2

### Novo Relatório

LOGO

< Voltar Relatório #12345678

#### Empreendimentos

Etapa 4

Tipo de Empreendimento

TIPO DE EMPREENDIMENTO

Selecione

Marque as atividades exercidas no local

- 123 - 456 Título da Atividade
- 123 - 456 Título da Atividade
- 123 - 456 Título da Atividade
- 123 - 456 Título da Atividade

Próxima Etapa

ÍCONE ÍCONE ÍCONE ÍCONE



## Relatório – Etapa 4.

**Novo Relatório** LOGO

[< Voltar](#) Relatório #12345678

**Empreendimentos** Etapa 4

**Tipo de Empreendimento**

TIPO DE EMPREENDIMENTO  
Selecione

**Marque as atividades exercidas no local**

- 123 - 456  
Título da Atividade
- 123 - 456  
Título da Atividade
- 123 - 456  
Título da Atividade
- 123 - 456  
Título da Atividade

**Próxima Etapa**

ÍCONE ÍCONE ÍCONE ÍCONE



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA

Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100

[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

Relatório – Etapa 5

**Novo Relatório** LOGO

[< Voltar](#) Relatório #12345678

**Infringências** Etapa 5

Informe a(s) infração(s) constatada(s)

INFRINGÊNCIA  
Selecione

Constatação Padrão Outra Constatação

CONSTATAÇÃO  
Digite aqui

Anexar um Arquivo

+ Adicionar outra Infringência

Próxima Etapa

ICONE ICONE ICONE ICONE



## Relatório – Etapa 6

**Novo Relatório** LOGO

< Voltar Relatório #12345678

**ARTs** Etapa 6

Informe a(s) ART(s) correspondentes.

+ Vincular ART

Próxima Etapa

ÍCONE ÍCONE ÍCONE ÍCONE



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA

Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100

[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA

Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100

[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

Relatório – Etapa 7

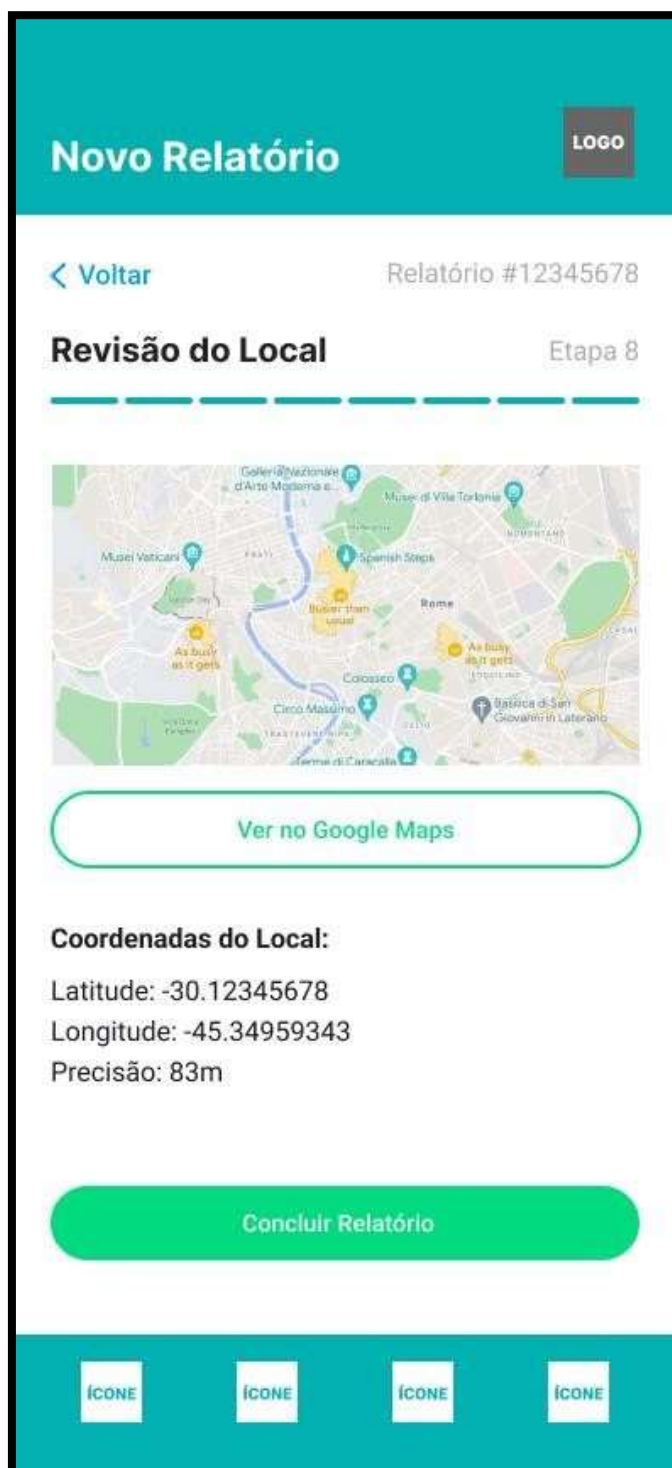
The image shows a mobile application interface for creating a new report. At the top, there is a teal header with the text "Novo Relatório" and a "LOGO" placeholder. Below the header, there is a navigation bar with a back arrow and the text "Voltar" on the left, and "Relatório #12345678" on the right. The main content area has a section titled "Fotos e Anexos" with a progress bar below it, where the seventh step is highlighted in teal and labeled "Etapa 7". Below the progress bar, there is a text prompt: "Inclua as imagens e anexos, se necessário." Underneath this prompt is a blue button with a paperclip icon and the text "Anexar uma Imagem". Below the button, there is a section titled "Imagens Anexadas" which contains two gray rectangular placeholders for images. At the bottom of the main content area is a green button with the text "Próxima Etapa". The bottom of the screen features a teal navigation bar with four white square icons, each labeled "ÍCONE".



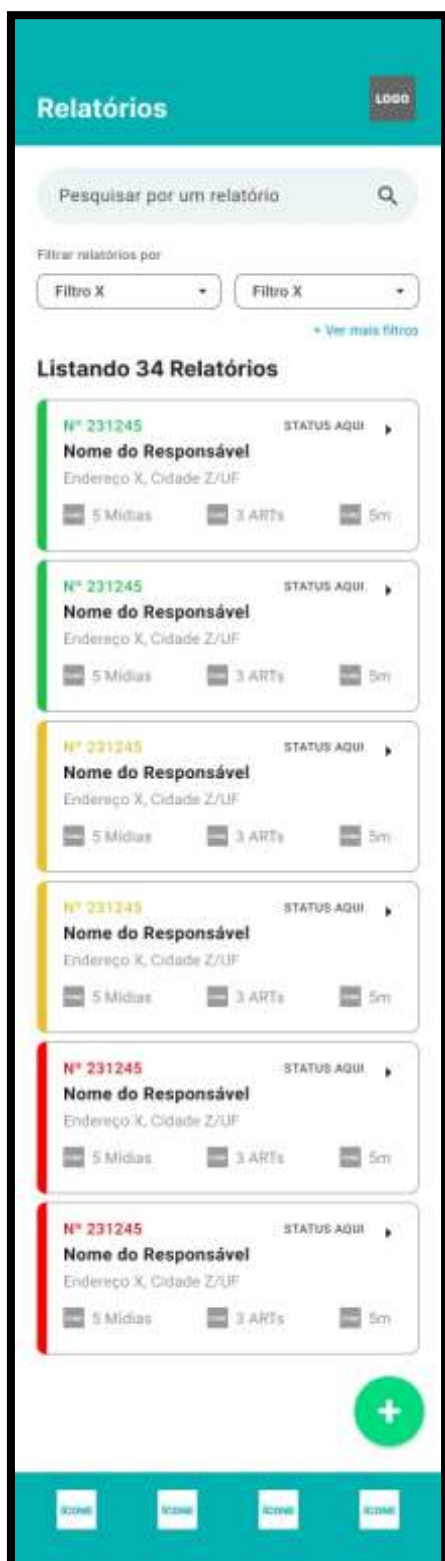
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

## Relatório – Etapa 8





Relatório – Etapa 9







**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

## ANEXO VIII: Requisitos de Arquitetura

|         |                           |        |       |
|---------|---------------------------|--------|-------|
| Versão: | Requisitos de Arquitetura | Resp.: | Pag.1 |
|---------|---------------------------|--------|-------|



# Identificação

Define o padrão de arquitetura básico do projeto.

## 1. Qualificação

1. O Projeto será realizado na versão 18+ do Genexus Mobile (<https://www.genexus.com/pt/>) ou superior a definir durante início do projeto.
2. A arquitetura base do sistema deverá seguir alguns princípios para o desenvolvimento, listados abaixo:
  3. **De segurança:**
    - 3.1 URL certificada SSL, sessão criptografia e token.
      - 3.1.1 Serve para dar segurança para a aplicação, criptografando todos os parâmetros do site, sendo eles por sessão com cookies ou por site, onde a url é totalmente encriptografada  
<https://wiki.genexus.com/commwiki/servlet/wiki?8068,Encrypt+URL+parameters+property> ○
    - 3.2 **Múltiplos fatores de autenticação (2FA, OTP, TOTP)**
      - 3.2.1 Possibilidade de autenticação em 2 passos quando o usuário estiver fazendo login na aplicação, utilizando por e-mail, sms, etc...
    - 3.3 **Biometria**
      - 3.3.1 Utilização de uso da biometria depois que o usuário fizer o primeiro acesso na aplicação, para que nunca mais precise informar a senha, apenas a utilização da biometria do usuário o permite logar na aplicação.  
<https://wiki.genexus.com/commwiki/servlet/wiki?43466,Enable+Biometrics+property>



### 3.3.2 Atualização de vulnerabilidade da biblioteca externa de logs Log4j.

<https://www.genexus.com/pt/imprensa/leer-noticia/genexus-17-u7-umaatualizacao-de-seguranca-e-tecnologia>.

## 4. Velocidade no desenvolvimento e da aplicação

### 4.1 Cache

4.1.1 Possibilidade de informar quais tabelas o sistema pode guardar os registros do banco em cache, fazendo com que a navegação em registros seja instantânea.

<https://wiki.genexus.com/commwiki/servlet/wiki?7156,Change+frequenc+y+property>

### 4.2 WorkWithPlus

4.2.1 Pattern para facilitar o desenvolvimento voltado a UX&UI, automatização de processos, Mobile , etc.

<https://docs.workwithplus.com/com.wiki.wiki?1639,Toc%3AWorkWithPlus+for+Web>,

4.2.2 Forma de como construir a solução, modularizar, aproveitamento de código: Data providers, data selectors, User Controls.

4.2.3 Todas as licenças são de responsabilidade da CONTRATADA.

4.2.4 Arquitetura orientada a serviço.

### 4.3 Infra/DevOps

#### 4.3.1 Versionamento GeneXus Server

4.3.2 Desenvolvimento de diferentes projetos, correções de bug, implementação de novas features, dentro de uma mesma kb, paralelamente, sem impacto em outros desenvolvedores  
<https://www.genexus.com/pt/imprensa/leer-noticia/genexus-17-u7uma-atualizacao-de-seguranca-e-tecnologia>.

#### 4.3.3 Automação de dev

4.3.3.1 Automação de desenvolvimento e deploy usando DevOps



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA

Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100

[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

4.3.3.2 <https://wiki.genexus.com/commwiki/servlet/wiki?51574,Automated+DevOps+with+GeneXus+18>

## 2. APIS

Serão utilizados os mesmos serviços hoje presentes no Aplicativo atual.

No entendimento de novo serviço a ser desenvolvido a TI do CREA-RS irá verificar a necessidade e realizar o desenvolvimento/adaptação.



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

## ANEXO IX: Cronograma de Entregas

|         |                        |        |       |
|---------|------------------------|--------|-------|
| Versão: | Cronograma de Entregas | Resp.: | Pag.1 |
|---------|------------------------|--------|-------|





# Identificação

Este documento apresenta o Cronograma previsto de entregas e sua forma de recebimento.

## 1. Do Cronograma

1. O Cronograma do projeto total estimado é de 3 a 6 meses (contando GoLive).
2. O projeto será trabalhado por Sprint de duas semanas a cada semana será detalhado o pacote de entregas seguindo o escopo definido no Anexo I – Requisitos de Negócio.
  - 2.1 O detalhamento do pacote de trabalho será realizado em conjunto das equipes da CONTRATADA e do CREA-RS.
  - 2.2 A CONTRATADA deverá propor a melhor solução de *User eXperience* (UX) junto ao CREA-RS para cada pacote de trabalho.
3. A primeira semana de trabalho tratará somente de planejamento do projeto. Não sendo parte da semana de sprint.
4. Ao final da sprint, o produto da sprint será entregue ao CREA-RS para testes.
5. O CREA-RS tem 5 dias para realizar os testes necessários para aprovação, ou não, da entrega.
6. Havendo problemas de qualidade as sanções serão aplicadas conforme tabela (Do Aceite), presente neste documento.
7. O CREA-RS disponibilizará um profissional da equipe de analistas e um da equipe de desenvolvedores para eximir qualquer dúvida sobre regras da aplicação atual à equipe da CONTRATADA.
8. O pagamento total do contrato somente será realizado após o período de Operação Assistida.
9. O cronograma de entregas poderá sofrer alterações no pacote, desde que acordado com o CREA-RS.

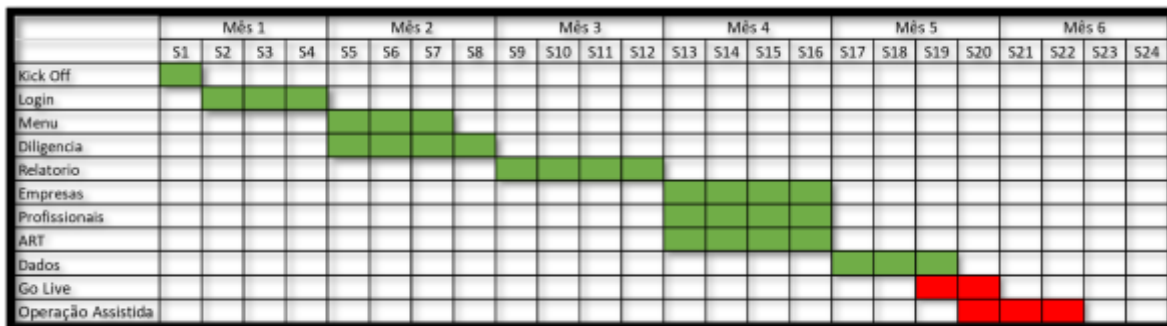


## 2. Do Aceite

- 2.1 O aceite do produto se dará por entregas.
- 2.2 Cada pacote de entregas deverá ser comunicado ao Gestor do Contrato do CREA-RS.
- 2.2.1 A equipe do CREA-RS avaliará o pacote e em prazo de até 15 dias úteis enviará a lista de inconformidades dos pacotes.
- 2.2.2 A CONTRATADA tem até 5 dias úteis para realizar as correções dos pacotes. Após novo ciclo de testes será feito pelo CREA-RS.
- 2.2.3 Deverão ser entregues para o CREA-RS o pacote/manual de instalação, código fonte e/ou ambiente de teste.
- 2.3 Tabela do pagamento x entrega:

| ID | Pacote   | %Pagamento | Mês   |
|----|--|------------|-------|
| 1  | Login  | 10%        | 1     |
| 2  | Menu / tela entrada                                  | 5%         | 2     |
|    | Diligência   | 15%        | 2     |
| 3  | Relatorio  | 20%        | 1     |
| 4  | Empresas   | 5%         |       |
|    | Profissionais  | 5%         |       |
|    | ART  | 5%         | 3     |
| 5  | Atualização de Dados Sincronia (antiga configuração) | 10%        | 3     |
| 6  | Go Live  | 5%         | 4     |
| 7  | Operação Assistida                                   | 10%        | 5     |
| #  | Horas Técnicas                                       | 10%        | 1 a 6 |
|    |  | 100%       |       |

### 2.4 Macro-cronograma (estimado):





**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

- 2.4.1 GO LIVE: Nesta fase o projeto ficará duas semanas em paralelo com a antiga aplicação. Sendo esta desligada no último dia para apenas a atual operar.
- 2.4.2 Operação Assistida: Um técnico especializado da CONTRATADA deverá ficar disponível presencial para atendimento das demandas técnicas que possam surgir.